

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.690.959 - PR (2017/0196614-4)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT
SA
ADVOGADOS : LUIS FELIPE FREIRE LISBOA - DF019445
FABIANO NEVES MACIEYWSKI - PR029043
FERNANDO MURILO COSTA GARCIA E OUTRO(S) - PR042615
AGRAVADO : EDINALDO APARECIDO CORREA
ADVOGADO : HUMBERTO TSUYOSHI KOHATSU E OUTRO(S) - PR013016

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO. CIÊNCIA INEQUÍVOCA DO CARÁTER PERMANENTE DA INVALIDEZ. NECESSIDADE DE LAUDO MÉDICO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Em ação de indenização decorrente do seguro DPVAT, o termo inicial do prazo prescricional é a data em que o segurado teve ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez, que depende de laudo médico. Precedentes.
2. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira (Presidente), Marco Buzzi e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 28 de maio de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator